



A INTERSECÇÃO DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA: UM OLHAR PARA A AGROECOLOGIA NAS MULTIDIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Viviane de Oliveira Rocha

Aluna especial de Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas, Assistente Social, Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas.

RESUMO

Este estudo assume o propósito de verificar a intersecção de gênero nas práticas sociais das mulheres no âmbito da agricultura familiar, buscando perceber de que forma as mulheres elaboram estratégias de sobrevivência com enfoque nas multidimensões da sustentabilidade, destacando o protagonismo delas na vida comunitária na Amazônia. Trata-se de uma parte da pesquisa de mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, defendida no ano de 2019. Deste modo buscar-se-á tecer um diálogo que possibilite novas maneiras de pensar as questões de gênero e agroecologia nas multidimensões da sustentabilidade voltando o olhar para as expressões da questão social. Neste contexto mulheres têm um lugar de destaque na organização nas atividades ecológica, social, econômica, política, cultural, ética e ambiental de sua família e comunidade. Deve-se reconhecer, no entanto, que as desigualdades de gênero ainda são enormes na área rural. O lugar que as mulheres ocupam no sistema produtivo revela formas históricas de desigualdade de gênero, especialmente na agricultura familiar.

PALAVRAS-CHAVE: *Gênero; Agroecologia; Sustentabilidade; Questão Social.*

INTRODUÇÃO

As práticas sociais das mulheres no âmbito da agricultura familiar, tem se apresentado socialmente diferentes, pois, a agroecologia se apresenta desde muito tempo como a chamada agricultura sustentável, porem verifica-se que esta preocupação com a sustentabilidade é percebida e sensibilizada pelas mulheres. Gênero e agroecologia são empregadas na pesquisa com enfoque da ecologia sugerindo por Capra (2004), em consonância com os argumentos da ecologia de saberes, apontada por Boaventura Santos (2006), perspectivas capazes de unir os saberes populares com o conhecimento científico de forma a contribuir para a instauração de um novo tipo de fazer ciência. Trata-se de uma parte da pesquisa de mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, defendida no ano de 2019.

Siliprandi (2015), destaca que as mulheres rurais além de executarem as atividades produtivas estão presentes nas lutas sociais dos agricultores, embora sua participação tenha pouca visibilidade. Ou seja, a participação das mulheres rurais no espaço político é, peremptoriamente, sem visibilidade, embora essa realidade esteja mudando nos dias atuais. Pode-se dizer que a organização das mulheres no campo remonta os anos 1980, quando



em 1984 foi criado o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Sertão Central de Pernambuco, responsável pelo encaminhamento à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) da proposta de sindicalização das mulheres.

Em um contexto de lutas pelas mulheres de todas as regiões as conquistas chegaram com a garantia e reconhecimento de alguns direitos, por exemplo, a criação da política de crédito Pronaf, de forma a garantir uma intermediação estatal de forma sustentável e solidário e em diálogo com as trabalhadoras rurais. No campo da garantia de direitos em outros campos de direitos como por exemplo, o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural por intermédio do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que, até então, não possuíam documentação e reconhecimento do desenvolvimento de suas atividades.

A metodologia seguiu os passos das e das abordagens qualitativa sem excluir os aspectos quantitativos, obedecendo a uma amostra 10 mulheres do Assentamento Água Branca e 04 homens do referido assentamento, sendo que neste artigo referendamos a fala de 03 destas mulheres. Estes sujeitos foram ouvidos sob a técnica de entrevista profunda, aquela, que, conforme Bourdieu (2012), o pesquisador pode coletar informações com um mesmo informante quantas vezes forem necessárias. O trabalho segue a metodologia de conversação entre a empiria e as teorias na perspectiva de gênero tendo por base autores das teorias críticas. É assim que este estudo assume relevância no âmbito da temática de gênero no sentido de dar voz e visibilização às mulheres agricultoras que historicamente não tiveram luminosidade na ciência. Assume importância, também, no âmbito da luta reivindicativas das mulheres agricultoras que tem na Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e da Comunidade Ubêre, o seu instrumento de luta.

A intersecção de gênero na agricultura familiar na amazônia.

Na Amazônia, os estudos sobre a agricultura familiar¹ têm crescido e se desenvolvido de forma bem satisfatória já que as pesquisas realizadas também têm contribuído com o aumento da visibilidade do trabalho de muitas famílias agricultoras. Neste contexto, estão inseridas as mulheres com o seu protagonismo e sua liderança nas comunidades enquanto figura central na organização do trabalho do seu grupo familiar e da comunidade.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres na área rural ainda é uma realidade vivenciada mesmo diante de avanços, já que, existem as políticas públicas, mas é necessário sua implantação, efetividade e monitoramento. Esse processo até beneficiaria muitas famílias, mas infelizmente ele esbarra no muro da burocracia que limita muito mais do que inclui as famílias agricultoras nos programas sociais.

No âmbito do marco legal das políticas públicas para as mulheres rurais podemos elencar nas marcas da Constituição Federal de 1988, O II Plano Nacional de Reforma Agrária de 2003, o I Plano Nacional de Políticas para as mulheres de 2003, a Portaria nº 981 de 2003, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres de 2008, cabendo ainda destacar um instrumento que modifica a sistemática de classificação das famílias beneficiárias da reforma agrária, que é a Instrução Normativa 38 de 2007.

Há transformações no aspecto de gênero que garantem às mulheres acesso às políticas públicas, pois elas passam a ter o direito de ser titulares da terra. Com isso ocorre a ampliação do número de

¹ A categoria agricultura familiar ganham novos espaços de participação social nesse contexto de efetivação das políticas públicas. Para que se cumprisse suas funções no desenvolvimento econômico a agricultura precisava se modernizar, nesse sentido iniciaram os ajustes que passou a ser realizado por um conjunto de ações e políticas públicas, como o crédito rural, a garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento de infraestrutura. Os principais beneficiados com essas foram políticas principalmente os médios e os grandes agricultores, localizados nas regiões sul e sudeste, produtores de produtos direcionados à exportação ou de interesses de grupos agroindustriais.

grupos familiares unipessoais e uma tendência de redução do número de casais, o que representa a ampliação dos domicílios monoparentais, com destaque para as famílias monoparentais femininas.

O crescimento do número de famílias monoparentais também repercutiu no aumento da chefia feminina nas famílias. No censo populacional do IBGE de 2000, 22,2% das famílias brasileiras tinham mulheres como responsável pelo domicílio, número que aumentou para 37,3% no censo de 2010. Nas áreas urbanas, a chefia feminina nas famílias passou de 24,5% no censo de 2000 para 39,3% em 2010, e nas áreas rurais este número dobrou em 10 anos, passando de 10,9% em 2000 para 24,8% em 2010.

Esses dados são fundamentais para entendermos o papel de homens e mulheres nas suas relações com as políticas públicas e com o meio ambiente. Essas mulheres estão se organizando para propor transformação desse sistema desigual e preconceituoso, projetando ganhos a serem construídos por intermédio de ações e políticas coletivas. Não se colocam como vítimas do sistema, nem como salvadoras do mundo, são mulheres agricultoras que lutam pelo direito de serem sujeitos plenos de suas vidas, contribuindo à sua maneira, para a transformação do mundo.

O modo de produzir adotado pelas mulheres na Amazônia possui particularidades regionais, pois no Amazonas um dos estados que compõe a Amazônia brasileira abriga em seu cenário, não só peculiaridade ambientais, mas também especificidades nas formas de organizações socioculturais. As mulheres agricultoras buscam o conhecimento da natureza para sua reprodução adotando novos métodos de produção, manejo e cuidado com a natureza, combinando produção, preservação e conservação do meio ambiente. Elas se preocupam com a segurança alimentar e nutricional.

Na agricultura são elas as grandes responsáveis pela produção de alimentos com a encargo do preparo para o consumo da família, elas empregam saberes e tecnologias sociais e tradicionais e modernas para o trato da agricultura familiar. Elas possuem práticas sociais que contribuem para a sustentabilidade, gestando formas de atuação que demonstram sua corresponsabilidade para com a vida do planeta. As formas de sustentabilidade gestadas pelas mulheres podemos mencionar as seguintes: agricultura alternativa² como a agroecologia e produção orgânica³.

Historicamente o capital sempre buscou retirar da natureza os seus recursos naturais como meio de sobrevivência sem se importar com a preservação. Ao longo do tempo, esses recursos foram se perdendo, se tornando escassos, trazendo consequências negativas ao meio ambiente.

Em virtude da descoberta das terras no período colonizador transformaram as riquezas em mercadorias, como a extração de madeiras, caça comercial dos animais silvestres, marcam a era da produção capitalista. O acesso à terra se deu para o desenvolvimento das atividades agrícolas na lógica mercantil, este processo intensificou a destruição desses recursos naturais.

A degradação do meio ambiente provocado principalmente por atividade humanas, vinculada ao capital, tem rompido o equilíbrio natural como nos mostra Rossini e Calió (2009, p.326) “viver o hoje e o amanhã sobre o planeta, que passa por uma aceleração técnico-científica e informacional, provocando enormes ranhuras no meio ambiente interferindo na vida humanidade”.

Verifica-se que nas últimas décadas os crescentes delitos ecológicos têm crescido, como as queimadas, desmatamento sem as devidas reflorestamentos Leff (2009, p.33), destaca que as “transformação em campos de monoculturas ou seu uso como pasto para a criação intensiva de gado

² Agricultura Alternativa pode ser entendida como uma tendência que tenta fornecer produções sustentáveis por meio do uso de tecnologias e manejos ecologicamente saudáveis.

³ Definida pela Lei da Agricultura Orgânica de nº10.831 sendo agricultura orgânica como:

Sistema orgânico de produção agropecuária é todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

degradou seus mecanismos de equilíbrio e resiliência, tornando-os mais vulneráveis às catástrofes naturais.

A apropriação da natureza de forma destrutiva tem impactado diretamente a humanidade, pois, se o meio ambiente não é considerado dentro deste processo, aumenta-se a destruição e o impacta na reprodução da vida.

Frente a esse cenário histórico degradante, as mulheres manifestam seu cuidado e trato com a natureza e seus elementos. Ao direcionar um olhar para a Amazônia elas assumem uma carga de responsabilidade em torno da preservação e conservação ambiental, pois elas são as mais afetadas pela degradação ambiental.

As mulheres desenvolvem no âmbito do trabalho agrícola uma relação de afetividade e cumplicidade com a natureza. Elas cuidam do meio ambiente como se fosse suas casas, dando destino aos resíduos sólidos produzidos na comunidade e realizando o trabalho da roça sem agredir o meio ambiente natural.

O cuidado e a preocupação das mulheres com o meio ambiente compõem um ciclo de luta pela continuidade da vida. Elas são parte integrante desse ciclo, fazem opção de produção de produzir de forma sustentável sem utilização de insumos químicos, assumindo um compromisso com o meio ambiente e a sociedade.

Nesse processo as mulheres têm assumido esse compromisso tendo por base os conhecimentos adquiridos com seus antepassados em suas propriedades, para produzirem com qualidade. E, na medida em que há uma maior demanda no mercado pelos produtos orgânicos, as mulheres veem-se valorizadas. Uma de nossas entrevistas nos relata porque optou por produzir orgânicos. Vejamos:

Optei por trabalhar na produção de produtos orgânicos por ser mais barato o modo de produzir, já que, utilizamos plantas e raízes como inseticida natural. O processo de produtivo até a colheita é bem mais demorado, no entanto, seu valor na venda é bem mais valorizada. As pessoas hoje buscam adquirir produtos com baixa taxa ou nenhum tipo de produtos químicos (Jade, 53 anos, Entrevista, 2018).

As mulheres são os sujeitos centrais da agricultura orgânica, elas têm um papel fundamental na defesa deste tipo de alimento. Segundo os estudos de Karam (2004) as mulheres são as precursoras nesse modo de produção que foi gestado na agricultura familiar. A agricultura orgânica tem desafiado a produção convencional de alimentos produzidos pelos grandes agricultores.

A economia agrícola vem passando por um processo de modernização e inovação tecnológica com a introdução de implementos orgânicos e maquinaria adequada ao desenvolvimento do trabalho. Neste processo ocorre a redefinição do papel dos trabalhadores com especial relevo para o trabalho das mulheres.

A modernização tem contribuído positivamente para a produção de alimentos, o que exige práticas de sociabilidades voltadas para a preservação do meio ambiente tornando mais humanizado o processo produtivo. No Assentamento Água Branca as práticas do ajuri é a mola motriz da produção, como podemos visualizar na imagem abaixo,

Imagem 1: Prática do Ajuri no Assentamento Água Branca**FOTO: VIVIANE ROCHA, 2019.**

Torres (2005) destaca que as mulheres da Amazônia são sujeitos centrais na organização do trabalho comunitário e da família. São elas que dispõem sobre a economia doméstica e organizam o trabalho na comunidade. Segundo a autora, as mulheres possuem uma racionalidade ética com a mãe natureza, tendo maior cuidado e atenção com a água, os animais domésticos e as plantações que mantêm no entorno da casa. “A forma pela qual as mulheres se relacionam com o meio ambiente mostra que elas têm como ponto de referência as suas vivências e experiências de vida” (TORRES, 2013, p.113). As mulheres possuem uma racionalidade ambiental e tem consciência da importância das riquezas naturais existentes ao seu redor, para garantir o espaço sustentável para as futuras gerações. De acordo com Ametista (54 anos),

Trabalhar com o orgânico é para quem gosta, porque é difícil. A produção é mais demorada e a desistência por parte dos agricultores (homens) é grande. No projeto criado pelo Museu da Amazônia em 2014 voltado para a produção orgânica foi iniciado com 14 participantes, sendo 09 homens e 05 mulheres, desses desistiram 08 homens e 01 mulher. A parte pedagógica e burocrática de como era passado os ensinamentos por ser demorado e a maioria dos agricultores não disponibilizarem de tempo, acabaram desistindo.

Analisar a questão de gênero na Amazônia exige que voltemos a atenção para as peculiaridades da região. Conforme os estudos de Nascimento et al (2015, p. 145), “pensar as relações de gênero com o meio ambiente supõe uma análise sobre a construção do espaço social onde os sujeitos, de uma forma ou de outra, foram culturalmente construídos. Homens e mulheres terão sempre olhares diferenciados diante do mesmo objeto”.

Para Fischer (2010, p.195) a “condição da mulher no meio rural se constitui numa configuração muito peculiar dos espaços público e privado de produção e reprodução, em que um diz respeito à produção bens materiais, e o outro, à reprodução dos indivíduos sociais”.

Na agricultura familiar as mulheres assumem distintos papéis, inclusive o de prover a família, bem como o cuidado com a terra, para assim dar continuidade da reprodução da espécie. De acordo com Paulilo (2016), isso não quer dizer que as mulheres querem ser melhores que os homens, assim como o trabalho fora de casa não torna elas atuantes politicamente. Mesmo uma forte consciência das “desigualdades de classe, não leva por adição, a uma preocupação semelhante com a desigualdade entre os gêneros” (PAULILO, 2016, p. 266).

Podemos dizer que as mulheres e os homens da agricultura familiar não, são os sujeitos que depredam o meio ambiente, ao contrário, eles fazem reposição e manejo das áreas onde ocorrem a produção de alimentos. De acordo com Nascimento et al (2015, p.146), “as mulheres possuem papel decisivo para reduzir os padrões insustentáveis de consumo e produção e também para estimular investimentos em atividades produtivas ambientalmente saudáveis e sustentáveis”.

De acordo com Karam (2004) a organização dos grupos de agricultores o investimento em assistência técnica nos processos produtivos e de capacitação veio colaborar para com o setor da agricultura familiar orgânica principalmente para as famílias agricultoras do Assentamento Água Branca que viram nessa nova forma de produção, um meio de aumentar sua obtenção dos lucros, por meio das vendas de seus produtos orgânicos, e assim, contribuir com a preservação do meio ambiente. Para que seus espaços de comercialização sejam valorizados e expandidos faz-se necessário cumprir algumas exigências legais. Na imagem abaixo verificamos os produtores de orgânicos do Estado do Amazonas recebendo seu certificado de produção, dentre eles os produtores do Assentamento Água Branca.

IMAGEM 2 RECEBIMENTO DA CERTIFICAÇÃO ORGÂNICO



FONTE: PESQUISA DE CAMPO (2018).

Em agosto de 2018 as famílias do Assentamento Água Branca receberam a certificação de produtor orgânico. Este certificado foi aferido como forma de reconhecimento aos trabalhos dessas famílias, principalmente dessas mulheres que dedicaram-se a essa nova modalidade de produção e de respeito ao meio ambiente. Os indivíduos de comunidades que residem na Amazônia brasileira em sua grande maioria mantêm vínculo específico com a terra: floresta e água (WITKOSKI, 2010).

Além do trabalho feminino ser bastante expressivo no Assentamento, as mulheres também têm um protagonismo político e social muito forte. Elas conseguem dividir as tarefas tanto da casa quanto de suas produções agrícolas com seus companheiros.

Vejamos a fala de uma de nossas entrevistadas sobre essa divisão de tarefas:

Aqui trabalhamos só eu e ele, então a gente concordou que os dois dias que ele trabalha lá para o MUSA eu tomo conta da casa, cuidado da criação, da horta e é muito trabalho. Quando ele está em casa, enquanto eu cuido das galinhas, ele cuida da horta, vai aguar as plantas e as mudas de pupunha e castanheira (Safira, 38 anos, Entrevista/2018).

No que se refere ao desenvolvimento do trabalho rural é importante destacar que nestes espaços sociais as mulheres são sujeitos atuantes, em sua ampla maioria. À medida em que se desenvolve o capitalismo na agricultura, eleva-se o recurso do trabalho feminino, isso significa impacto negativo às condições de vida das massas trabalhadoras, sobretudo para as mulheres que assumem duas ou três jornadas de trabalho.

Stearns (2007), destaca que à medida que as civilizações foram se desenvolvendo, a partir dos contatos e das limitações das trocas, os sistemas de gênero, relações entre homens e mulheres, determinação de papéis e definições dos atributos de cada gênero foram sendo definidos. Gerando um deslocamento no contexto da agricultura de uma igualdade entre homens e mulheres que existia.

Quando homens e mulheres a trabalhavam na caça e coleta, ambos contribuía com a geração dos bens econômicos. De acordo com Stearns (2007, p.31),

O trabalho das mulheres de juntar grãos e nozes era facilitado, pois nascimentos muitos frequente e cuidados com crianças pequenas seriam uma sobrecarga. A agricultura estabelecida, nos locais em que se espalhou, mudou isso, beneficiando o domínio masculino. À medida que os sistemas culturais, incluindo religiões politeístas, apontavam para a importância de deusas, como geradoras de forças criativas associadas com fecundidade e, portanto, vitais para a agricultura.

Para Torres (2005), o entendimento das relações de gênero pode ser um balizador das relações sociais em todos os sentidos. A autora chama atenção para a necessidade se se preocupar em desconstruir e reconstruir os papéis atribuídos a mulheres e homens no movimento da vida social o que inclui as relações de trabalho, familiar, conjugalidade, representatividade política dentre outros.

Entende-se a agricultura familiar como um trabalho que envolve os diferentes membros da família que atuam a partir do cultivo em pequena extensão de terra (SILVA; PORTELLA, 2010). De acordo com Guanzioli et al. (2009), “a agricultura familiar é compreendida como uma forma de trabalho familiar”. Assumindo a condição do grupo social formado pelos pequenos proprietários de terra, que desenvolvem seu trabalho mediante o uso da força de trabalho dos membros de suas famílias, produzindo tanto para seu autoconsumo como para a comercialização, e vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais.

A participação das mulheres no trabalho na agricultura familiar pode ser entendida como uma forma social de produção reconhecida pela sociedade brasileira no contexto social e político, uma vez que traz contribuições materiais e imateriais. Sendo assim, a agricultura familiar pode ser compreendida pela lógica da organização de grupos domésticos como força motriz orientadora para a vida social no campo. Um campo que é marcado pelas relações de gênero, e que vai além do processo produtivo.

Para Schneider e Carvalho (2013), a categoria agricultura familiar sofreu várias mudanças no campo conceitual e tais mudanças alteraram as visões e representações sobre alguns grupos sociais como os camponeses e os agricultores familiares, agricultores de subsistência, produtores de baixa renda, trabalhadores rurais, produtores de menor escala. Neste sentido, a partir dos anos 2000 registra-se avanços significativos no âmbito dessa discussão ficando estabelecido o conceito de agricultura familiar a partir da instituição do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), definido pela Lei nº 11.326/06, segundo o qual o produtor familiar é aquele que possui área de até quatro módulos fiscais, que utiliza mão de obra familiar podendo manter até 2 empregados permanentes, que inclui atividades de agropecuária, silvicultura, extrativista, aquicultura, pesca artesanal.

De acordo com Oliveira (1991, p.55), a característica principal da produção na agricultura familiar é o uso da força de trabalho dos membros da família, que constitui, segundo ele, o “motor do processo de trabalho na produção”. O trabalho é desenvolvido pela família em busca da sua reprodução, de forma simultânea entre os membros do grupo social no qual estão integrados.

A agricultura familiar tem como característica a divisão do trabalho baseada na diferença de gênero. Conforme Butto e Hora (2010, p. 11),

As limitações de acesso a recursos produtivos como a terra e o crédito são abordadas, mas falta uma diferenciação entre acesso à terra por meio de programas de reforma agrária e em situações que envolvem processos de herança familiar. As limitações do acesso ao crédito são em parte inexistentes (conta bancária e titularidade da terra) mas, as demais condições descritas indicam maior enquadramento em programas sociais de transferência de renda do que a inclusão imediata em programas de apoio à produção.

Ploeg (2014), complementam a discussão apontando que a agricultura familiar é muito rica se olhada a partir de dois fatores principais que a descreve: a família que é proprietária da terra e o trabalho que é realizado pelos seus membros. De acordo com este autor,

A agricultura familiar também não se define somente pelo tamanho do estabelecimento, como quando falamos da agricultura de pequena escala, mas sim pela forma com que as pessoas cultivam e

vivem. É por isso que a agricultura familiar é também considerada uma forma de vida. (PLOEG, 2014, p.7)

A agricultura familiar assume uma importância social que carrega a promessa de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas. Tendo em conta todas essas características, a agricultura familiar pode contribuir significativamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional, fortalecendo o desenvolvimento econômico de diversas maneiras, criando empregos e gerando renda. Eleva o grau de resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais, gerando postos de trabalho atrativos para grande parte da sociedade, contribuindo consideravelmente para a emancipação de suas parcelas mais oprimidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a condição feminina na sociedade é em todos os níveis um desafio, pois apesar dos avanços que as mulheres obtiveram ao longo da história da luta feminista, conclui-se que, ainda vivemos em constante embate com as definições de papéis definidos à figura feminina pelas teorias do patriarcado, fato que, ao longo dos séculos manteve a inferioridade das mulheres sob os nexos da dominação masculina.

A luta por direitos essenciais como melhores condições de trabalho levou as mulheres a construir uma identidade do feminismo, voltada para a expressão do sujeito mulher em sua perspectiva ético-política.

Em algumas áreas de trabalho é possível averiguarmos o quanto os homens têm conseguido hegemonia nesses espaços, mas em outras é possível perceber o quanto a presença feminina surpreende em quantidade e protagonismo. A agricultura familiar é um desses espaços nos quais as mulheres encontram-se em presença majoritária, isto, certamente, porque, a agricultura está associada simbolicamente à mulher, ambas são geradoras de vidas.

Na Amazônia há um campo propício para o desenvolvimento da agricultura familiar no qual as mulheres rurais realizam protagonismo, sendo figuras centrais na organização do trabalho em seu grupo familiar e na comunidade, conforme esta pesquisa constata.

Essa pesquisa constata que as mulheres do Assentamento Água Branca desempenham um papel importante no desenvolvimento da agricultura familiar. A prevalência do trabalho feminino é claramente constatado em nossa pesquisa de campo, notabilizando o empoderamento político dessas mulheres.

A pesquisa constata também que nas últimas décadas as mulheres passaram a ser incluídas nas políticas como sujeitos principais, o que permitiu a elas ter o direito de serem titulares da terra. Esta conquista foi primordial para o seu desenvolvimento social, sobretudo para as mulheres chefes de família.

Esta pesquisa constata que as mulheres do assentamento Água Branca não se veem como vítimas do sistema, são mulheres agricultoras que lutam pelo direito de serem sujeitos plenos de suas vidas. Contribuem para a preservação do meio no qual vivem e pela melhoria da qualidade de vida não somente de seus familiares, mas também da comunidade e da sociedade que adquire seus produtos livre de agrotóxicos.

Não resta dúvidas o fato de essa pesquisa conter lacunas, necessitando ampliar as discussões acerca do trabalho feminino na agricultura, percorrendo com maior desenvoltura sobre o protagonismo das mulheres rurais frente à conquista de políticas públicas, capazes de atender as suas necessidades desses sujeitos no assentamento Água Branca.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: LEITE, S. P. E. A. (.). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. [S.l.]: Ministério do desenvolvimento agrário: Brasília, , 2000.
- BRASIL, S. E. D. P. A. M. D. P. D. R.-. **A QUESTÃO DA MULHERE NA VISÃO PARLAMENTAR NO NORDESTE DO BRASIL**. Recife: Mulher democracia, 2008.

- BRUMER, A. GÊNERO E AGRICULTURA: A SITUAÇÃO DA MULHER NA AGRICULTURA DO RIO GRANDE DO SUL. **Estudos Feministas**, Florianópolis, , janeiro-abril 2004.
- BUTTO, A. Gênero agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. In: BRASIL, M. D. D. A. **Gênero agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: NEAD, 2006.
- BUTTO, A.; HORA, K. Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.
- FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando Gaiger; GARCIA, Ronaldo Coutinho. A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas. In: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina. **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001.
- FICHER, I. R. Relações de gênero na agricultura no acampamento de Sem Terra do Engenho Prado. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: UFPE, 2010. p. 331.
- IBGE, I. B. D. G. E. E.-. <http://censo2010.ibge.gov.br>, 2010. Acesso em: 2018.
- IBGE, I. B. D. G. E. E. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE. RIO DE JANEIRO, p. 151. 2018.
- INCRA. www.incra.gov.br, 2018. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 09 jan 2018.
- KARAM, K. F. A mulher na Agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudo Feministas** , Florianópolis, janeiro - abril 2004.
- LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**: territorialização da racionalidade ambiental. Tradução de Jorge E. Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- NASCIMENTO, E. M. D. D.; TORRES, I. C.; NASCIMENTO, R. R. S. D. Mulheres, meio ambiente e sustentabilidade. In: TORRES, I. C. **Entrelaçamento de Gênero na Amazônia - Silenciamentos, família, corpo e outras intersecções**. Manaus: Valer, 2015. p. 156.
- PAULILO, M. I. **Mulheres rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: UFSC, 2016.
- PLOEG, J. D. V. Dez qualidades da agricultura familiar. **Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, 2014. ISSN 1807-491X.
- ROSSINI, R. E.; CALIÓ, S. A. Gênero e Meio Ambiente na Amazônia Brasileira. In: TORNQUIST, C. S.; COELHO, C. C.; (ORG.), E. A. **Leituras de Resistência. Corpo, violência e poder**. Florianópolis: Mulheres, v. 2, 2009. p. 325-344.
- SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre : UFRGS, 2015.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **S.O.S Corpo- Gênero e Cidadania**, Recife, n. 2, p. Tradução: Christina Rufino Dabate; Maria Betânia Ávila., 1995.
- SILIPRANDI, E. **Mulheres e a Agroecologia**: transformando o campo, a floresta e as pessoas. Rio Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- SILVA, C.; PORTELA, A. P. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro.. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. **Agricultura Familiar e Gênero**: Práticas, Movimentos e Políticas Públicas. Recife: Universitária da UFPE, v. II, 2010. p. 331.
- SILVA, S. H. D. **AUTOPOIESE NOS AGROECOSSISTEMAS DAS ILHAS DO VALHA-ME-DEUS E CHAVES – JURUTI/PA**. Universidade Federal do Amazonas. Tese de doutorado. Manaus, p. 237. 2015.
- STEARNS, P. N. **História das relações de gênero**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.
- TORRES, I. C. **As novas Amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.
- TORRES, I. C. Gênero e sustentabilidade na Amazônia. In: TORRES, I. C. **O ethos das mulheres da Floresta**. Manaus: Valer, 2013. p. 254.
- TORRES, I. C. **O ethos das mulheres da Floresta**. Amazonas: Fapeam , 2013.
- WANDELLI, E. et al. **A experiência da Rede Maniva de Agroecologia do Amazonas (Rema) em transformar os laboriosos procedimentos estabelecidos pela legislação brasileira de orgânicos em mobilização social promotora da agroecológica**. [S.l.]: Cadernos de Agroecologia , v. 10, 2015.